



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

Aos 29 dias do mês de setembro de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

10H30 – Audição da **DECO Madeira** e da **Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira**, a respeito da apreciação da **Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM)** – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”

Obs.: Audição por videoconferência

12H00 – Audição do **Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal**, "acerca dos salários em atraso nos trabalhadores que asseguram a limpeza dos comboios e das estações ferroviárias", a **requerimento do PCP**

Obs.: Audição por videoconferência

13H00 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação das **atas n.º 147 e 148**, referente às reuniões do dia 14 e 15 de setembro de 2021

2. Ratificação da Votação Indiciária realizada no Grupo de Trabalho – Entidades Reguladoras, relativa ao **Projeto de Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV)** - Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (Segunda alteração à Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto)

3. Apreciação e Votação do Parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 919/XIV/2.ª (BE)** — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (16.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

4. Apreciação e Votação do Relatório sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”
5. Apreciação da **proposta de audições** ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República para a 3ª Sessão Legislativa
6. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 936/XIV/3.ª (Cristina Rodrigues – NINSC)** – “Altera o Código da Publicidade no sentido de tornar os padrões de beleza reais por forma a assegurar o princípio da veracidade junto do consumidor”
7. Outros Assuntos

10H30 – Audição da **DECO Madeira** e da **Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira**, a respeito da apreciação da **Proposta de Lei n.º 71/XIV/2.ª (ALRAM)** – “Pelo fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das Regiões Autónomas”

Obs.: Audição por videoconferência

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, iniciou a audição dando as boas vindas ao Senhor Presidente da 2.ª Comissão Especializada Permanente de Economia, Finanças e Turismo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Deputado Carlos Rodrigues, à Diretora Geral da DECO, Dr.ª Ana Cristina Tapadinhas, ao Coordenador do Departamento Jurídico e Económico, Dr. Paulo Fonseca, à Jurista da DECO Madeira, Dr.ª Inês Ramos, bem como aos Senhores Deputados presentes. Igualmente, enquadrou a audição no processo de apreciação legislativa da iniciativa supra referenciada.

De imediato, o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu a palavra, para uma intervenção inicial, ao Senhor Presidente da 2.ª Comissão Especializada Permanente de Economia, Finanças e Turismo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

Madeira, Deputado Carlos Rodrigues, e à Diretora Geral da DECO, Dr.ª Ana Cristina Tapadinhas.

Após as intervenções iniciais, usaram da palavra, na primeira ronda de perguntas, os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Carlos Pereira (PS) e Isabel Pires (BE), tendo o Coordenador do Departamento Jurídico e Económico da DECO, Dr. Paulo Fonseca, e a Jurista da DECO Madeira, Dr.ª Inês Ramos, respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Posteriormente, proferiu uma intervenção o Senhor Presidente da 2.ª Comissão Especializada Permanente de Economia, Finanças e Turismo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Paulo Neves (PSD) e Carlos Pereira (PS), tendo a Diretora Geral da DECO, Dr.ª Ana Cristina Tapadinhas, respondido no final à globalidade das questões suscitadas.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante da presente ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

12H00 – Audição do **Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal**, "acerca dos salários em atraso nos trabalhadores que asseguram a limpeza dos comboios e das estações ferroviárias", a **requerimento do PCP**

Obs.: Audição por videoconferência

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, iniciou a audição dando as boas vindas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, Eng.º Nuno Freitas, e ao Senhor Adjunto do Diretor Jurídico da CP, Dr. Boris de Oliveira, bem como aos Senhores Deputados presentes.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

Após a palavra ter sido dada ao Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, a qual passou a fazer a sua intervenção inicial, deu-se início à primeira ronda de perguntas, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Alves (PCP), Carlos Silva (PSD), Cristina Mendes da Silva (PS) e Isabel Pires (BE), tendo o Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal respondido, individualmente, às questões colocadas.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante da presente ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

13H00 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação das **atas n.º 147 e 148**, referente às reuniões do dia 14 e 15 de setembro de 2021

Iniciada a reunião ordinária, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação as atas n.os 147/XIV/2.ª e 148/XIV/3.ª, relativas às reuniões de 14 e 15 de setembro de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

2. Ratificação da Votação Indiciária realizada no Grupo de Trabalho – Entidades Reguladoras, relativa ao **Projeto de Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV)** - Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (Segunda alteração à Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto)

De seguida, deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo o Sr. Vice-Presidente da Comissão submetido a ratificação a votação indiciária realizada no Grupo de Trabalho – Entidades Reguladoras, relativa ao Projeto de Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV) - Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (Segunda alteração à Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto), conforme consta no Relatório de Votações, respetivamente, que pode ser



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

consultado na [página](#) da referida iniciativa na Internet e que faz parte integrante desta ata.

3. Apreciação e Votação do Parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 919/XIV/2.ª (BE)** — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (16.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro)

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD), apresentou, nos seus termos, o Parecer que, na qualidade de Relator, elaborara sobre o Projeto de Lei n.º 919/XIV/2.ª (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (16.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro).

De imediato, o Senhor Vice-Presidente colocou o Parecer referente ao Projeto de Lei n.º 919/XIV/2.ª (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (16.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro) — à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

4. Apreciação e Votação do Relatório sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) apresentou, nos seus termos, o Relatório que, na qualidade de Relator, elaborara sobre a “audição da Economista Patrícia Gonçalves, personalidade Indigitada para o cargo de Vogal da ANACOM”, culminou afirmando que a Dr.ª Patrícia Gonçalves não reúne condições para desempenhar as funções de Vogal da ANACOM.

De imediato, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) saudou o trabalho desenvolvido na elaboração do relatório e afirmou que o GP PS não acompanha a posição expressa no relatório, igualmente frisou que a indigitada apresenta um currículo à prova de bala e demonstra independência. Acrescentou, que a ocorrência de relações profissionais antigas não deve condicionar o desempenho de funções numa entidade reguladora.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) para salientar que estamos perante outro caso de uma personalidade indigitada que não reúne consenso, considerou corresponder a uma nomeação feita à medida, não só para o cargo, mas também para os interesses envolvidos, designadamente facilitar a intervenção do Governo nas entidades reguladoras. Igualmente, fez referência à situação ocorrida na nomeação da Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, Eng.º Ana Paula Vitorino, salientou que em ambos os casos foram apresentados currículos inquestionáveis, porém ocorrem problemas de independência.

O Senhora Deputada Isabel Pires (BE) interveio para expressar que acompanha a posição expressa no relatório, igualmente salientou que mantêm as preocupações frisadas no decurso da audição.

O Senhor Bruno Dias (PCP) observou que foram cumpridas as exigências de apresentação do relatório, porém suscitou que, apenas, a votação fosse adiada para a próxima reunião ordinária.

O Senhor Vice-Presidente, colocou à consideração o pedido de adiamento de votação do Relatório, ouvidos os GP não ocorreu oposição.

5. Apreciação da **proposta de audições** ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República para a 3ª Sessão Legislativa

O Senhor Vice-Presidente deu conta da proposta de audições ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República para a 3ª Sessão Legislativa.

O Senhor Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para salientar a necessidade do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática ser ouvido com maior frequência em Comissão, referenciando a importância da temática associada aos transportes públicos, igualmente fez referência ao escasso número de audições agendadas com a Senhora Ministra da Coesão Territorial. Face ao exposto, propôs a concretização de uma adicional audição ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao abrigo do



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República, de preferência no final da Sessão Legislativa.

O Senhor Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) usou da palavra para demonstrar concordância com a proposta do GP PCP, igualmente propôs uma audição adicional à Senhora Ministra da Coesão Territorial.

O Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) enalteceu a proposta de uma audição adicional ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) interveio para demonstrar concordância com as propostas suscitadas.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) frisou que toda a matéria dos transportes é nesta Comissão, apoiou a pretensão de uma adicional audição do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, contudo, acerca de uma complementar audição à Senhora Ministra da Coesão Territorial frisou que não se opõe, mas considerou não ser inequívoca a sua pertinência.

O Senhor Vice-Presidente colocou à votação, a proposta apresentada pelo GP PCP, para uma 3.º audição do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República, no final da Sessão Legislativa, de preferência no mês de junho, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

De imediato, o Senhor Vice-Presidente colocou à votação, a proposta apresentada pelo GP PSD, para uma 3.º audição do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República, no final da Sessão Legislativa, de preferência no mês de junho, que foi aprovada com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP e do PAN, com a abstenção do PS, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

6. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 936/XIV/3.ª (Cristina Rodrigues – NINSC)** – “Altera o Código da Publicidade no sentido de tornar os padrões de beleza reais por forma a assegurar o princípio da veracidade junto do consumidor”

O Senhor Vice-Presidente informou que baixou à Comissão a iniciativa supra referenciada e que cabe a nomeação de relator ao GP PS.

De imediato, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) informou que oportunamente o GP PS indicará o Deputado relator nomeado.

7. Outros Assuntos

O Senhor Vice-Presidente comunicou a pretensão do GP BE, caso ocorra consenso, em discutir o Projeto de Resolução n.º 1431/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo o reforço da regulamentação sobre as lotarias instantâneas com vista a contribuir para a diminuição dos riscos ou efeitos negativos associados ao uso abusivo ou patológico”.

De imediato, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) usou da palavra para explicar o pedido urgente de agendamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 1431/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo o reforço da regulamentação sobre as lotarias instantâneas com vista a contribuir para a diminuição dos riscos ou efeitos negativos associados ao uso abusivo ou patológico”, tendo mencionado que um conjunto de Projetos de Lei sobre igual temática agendados para votação em Plenária a realizar no dia 01 de outubro, assim sendo considerou adequado a votação em conjunto de todas as iniciativas. Igualmente, referiu para que tal seja possível será necessário proceder à discussão com a dispensa de agendamento da apreciação de informação em Comissão.

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) para comunicar que não estão reunidas as condições para proceder à discussão do Projeto de Lei supramencionado.

Igualmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) intercedeu considerando que a discussão do mencionado Projeto de Resolução poderá ocorrer em paralelo ao



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

processo de apreciação das iniciativas legislativas em especialidade, não prejudicando a condução dos trabalhos e a eficácia do processo.

O Senhor Presidente, igualmente, informou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas, estando ambas já agendadas para Plenário:

- Projeto de Lei n.º 951/XIV/3.ª (Ninsc. CR) – “Altera o Código da Publicidade por forma a tornar obrigatória a advertência do potencial de criar dependência nos jogos sociais tais como Euromilhões, raspadinhas, totobola/totoloto e lotarias”

- Projeto de Lei n.º n.º 952/XIV/3.ª (PAN) – “Limita a publicidade a jogos e apostas e aprova medidas de defesa do consumidor e de promoção da literacia sobre os riscos associados ao jogo, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro”

Igualmente, o Senhor Vice-Presidente informou que o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) representará a Comissão no IX Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, a decorrer em Madrid nos dias 3 e 4 de outubro.

Por fim, o Senhor Vice-Presidente fez o balanço dos agendamentos previstos em Comissão.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 150/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Pedro Coimbra (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Filipa Roseta (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
Nelson Silva (PAN)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Duarte Alves (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Jamila Madeira (PS)
Ricardo Leão (PS)
Cristóvão Norte (PSD)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira (PEV)